



Podca\$ Economia\$ Mutante\$

Podca\$ Economia\$ Mutante\$
Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações
Episódio #8: Empoderamento e neoliberalismo
Roteiro: Miguel Antonio dos Santos Filho
Edição de roteiro: Irene do Planalto Chemin e Kelly Silva

ABERTURA

[Trilha sonora: música eletrônica com elementos sonoros que remetem a economia, como sons de feira e som de cupom fiscal. A música permanece ao longo de toda a fala de Kelly]

Kelly: A geração de renda por si só transforma relações de poder? Quais os efeitos negativos que projetos para expansão de crédito financeiro a mulheres podem acarretar? O empreendedorismo é uma saída viável, honesta para mulheres em condição de vulnerabilidade?

Bem-vindos, bem-vindas e bem-vindes ao Economia\$ Mutante\$, um podcast sobre transformações econômicas pelas lentes da antropologia. Eu sou Kelly Silva, antropóloga e professora da Universidade de Brasília. No episódio de hoje intitulado “Empoderamento e neoliberalismo: recursos contra violência de gênero”, Miguel Antonio dos Santos Filhos propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre empoderamento econômico feminino e enfrentamento da violência de gênero em Timor Leste, situando essa agenda no contexto global.

A partir de uma perspectiva antropológica, o roteiro problematiza a difusão de programas de microfinanciamento, capacitação e empreendedorismo, muitas vezes impulsionados por organismos internacionais e pelo próprio Estado, mostrando como, no contexto leste timorense e por que não em outros, esses modelos enfrentam limitações estruturais.

Ao analisar experiências concretas e dialogar com autoras críticas, o episódio evidencia tensões como o endividamento, o backlash masculino e a sobrecarga de trabalho das mulheres, questionando a ideia de que geração de renda por si só transforma relações de poder.

Argumenta-se que esses programas frequentemente operam dentro de uma racionalidade neoliberal que individualiza a responsabilidade pela emancipação, levantando dúvidas sobre sua efetiva capacidade de promover autonomia. Passo então a palavra ao Miguel e espero que essas reflexões nos inspirem a pensar criticamente sobre as falsas soluções que nos são apresentadas para resolver desigualdades estruturais.

Bloco 1: Abertura

Miguel Antonio dos Santos Filho: Você já deve ter ouvido falar em empoderamento econômico feminino. Mas você sabe o que são ou como funcionam programas desse tipo? Se você já ouviu falar sobre eles e sabe o que são, deve imaginar que eles são instrumentos para promover a independência feminina. Mas até que ponto a economia capitalista pode liberar e emancipar? Saudações. Sejam todos muito bem-vindos e muito bem-vindas a mais um episódio do Economia\$ Mutante\$, o seu podcast de antropologia econômica.

Eu me chamo Miguel dos Santos Filho, sou doutor em antropologia pela Universidade de Brasília e tenho pesquisado nos últimos 10 anos sobre fenômenos correlatos à violência doméstica e ao governo da violência doméstica, com foco em estudos sobre o Timor Leste.

Nesse episódio, vamos discutir um pouco sobre alguns aspectos e controvérsias dos programas de empoderamento econômico feminino no Timor Leste contemporâneo, refletindo sobre o acionamento desses programas de empoderamento como resposta a violência de gênero e sobre os limites dessa resposta quando ela é moldada pelas lógicas neoliberais. Mas, por que falar em Timor Leste?

Timor Leste foi uma colônia portuguesa do século XVI até 1974 e, a partir de 1975, foi invadido para ser indexado como uma província da Indonésia num regime ditatorial bastante violento e repressivo. Em 1999, o país postou a independência, passando a ser administrado transitoriamente pela Organização das Nações Unidas.

E lá em 2022 foi proclamada como uma República Democrática Autônoma. A partir daí, o país se tornou o palco de muita cooperação internacional e de forte presença de agências internacionais voltadas ao desenvolvimento, como a ONU, o Banco Mundial e a Oxfam.

No início dos anos 2000, a agenda global programas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas se consolidava como um tópico de primeira importância, principalmente porque vários países vinham desde a década anterior e desde a década de 1980, aderindo aos acordos internacionais como a própria CEDAW, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Timor Leste já tinha desde a década de 1990 ONGs que atuavam com programas de apoio a mulheres em situação de violência de gênero, principalmente aquelas violências provocadas pelos militares indonésios durante o período ditatorial. Nesse momento, é importante perguntar: "O que é violência de gênero?" Para nos auxiliar a compreender esse conceito, vamos escutar esse breve relato sobre essa adoção.

[Trecho do vídeo [Violência de Gênero. Gênero e História](#)]: Bom, violência de gênero é a violência direcionada contra uma pessoa devido ao seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. As mulheres são as principais vítimas, mas tanto

homens homossexuais ou trans quanto pessoas não binárias, ou seja, que não se identificam com o gênero em específico, podem ser alvo desse tipo de violência.

Bloco 2: A violência de gênero na agenda global

Miguel: A adoção da CEDAW em 1981 foi o primeiro grande marco na agenda global de combate à violência de gênero e ela foi uma resposta às pressões e demandas da chamada Segunda Onda Feminista surgida ao longo dos anos 70, uma onda de movimentos sociais que cobrou pelo reconhecimento da participação feminina na política e que ampliou o debate depois da conquista do sufrágio universal, chamando a atenção para as condições de trabalho das mulheres, para o direito à educação e para a violência que atingia milhares de mulheres pelo mundo.

Já em após a Conferência Mundial Sobre a Mulher, foi promulgada a Plataforma de Ação de Pequim, que foi sendo adotada por diversos países gradualmente. A convenção de Pequim estabelece explicitamente a autonomia econômica como uma condição para reduzir a violência contra a mulher, conectando renda, trabalho e poder de decisão.

Tem-se com isso as bases para intervenções políticas que buscam garantir a autonomia econômica para as mulheres, baseadas principalmente na concepção de que, ao possuírem poder aquisitivo e autonomia, as mulheres estariam menos suscetíveis à ocorrência de violências.

No Timor Leste, assim como em outros contextos, a forte presença da ONU Mulheres, sobretudo a partir do início dos anos 2000, pressionou para implementação dessas plataformas, a CEDAW, a plataforma de Pequim, mas também de outras plataformas como os objetivos para o desenvolvimento sustentável, os chamados ODS.

O ODS 5 busca exatamente alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas até o ano de 2030. Essa noção de empoderar considera, inclusive, a dimensão do empoderamento econômico feminino.

Ou seja, existe um contexto de pressão global pela adesão dessas agendas internacionais e desses protocolos internacionais e junto deste contexto global, vem a adoção de mecanismos que compõem esse mainstream sobre como governar a violência de gênero.

Mas é importante compreender que, de formas diversas, Cada contexto, cada nação, cada estado, cada país cria formas próprias e específicas para que essas preocupações globais façam sentido e mobilizem as intervenções localmente. Em Timor Leste, isso não é diferente.

Vamos ouvir agora um trecho de autodescrição de uma matéria que demonstra as preocupações de ONGs nacionais do Timor Leste em uma convenção ocorrida no ano de 2023.

[Trecho da audiodescrição da matéria “[ONG preocupadas com direitos das mulheres em Timor-Leste e São Tomé e Príncipe](#)”]: Dili, 9 de maio de 2023, Lusa, organizações não governamentais timorenses, manifestaram em Genebra a preocupação relativamente à falta de programas que promovam igualdade de gênero.

A literacia jurídica das mulheres e os seus direitos à posse de terra. As preocupações foram expressas por representantes da Rede Feto e da OSFON durante uma reunião do comité para a eliminação da discriminação contra as mulheres que, além de Timor Leste, analisa realizou a situação em São Tomé e Príncipe, na Alemanha e na China.

Intervindo no encontro e segundo uma nota do comité, a rede feto deu conta dos progressos alcançados no país, notando que continuam a existir várias lacunas e aspectos a melhorar no que toca aos direitos das mulheres timorenses.

Foi recomendado que o governo aumentasse o investimento na Secretaria de Estado para a inclusão de gênero, para que tivesse capacidade para defender políticas e programas que promovessem a igualdade de gênero e o empoderamento

das mulheres, nomeadamente em questões como a violência baseada no género, especialmente para as mulheres com deficiência e a nível rural, explica a nota.

A organização não governamental One Timorese considerou ainda importante promover a emancipação económica das mulheres e o seu envolvimento no combate às alterações climáticas, sendo necessário adotar tolerância zero em relação a violência nas escolas e a adoção de uma abordagem participativa na promoção da educação igualitária.

Finalmente, a rede Feto defendeu ainda a necessidade de promover a paridade de género com o setor judicial, incluindo para juízes, procuradores e polícia.

Miguel: Uma vez que nós compreendemos como essas preocupações se apresentam contextualmente, é importante compreender como a antropologia contribui de modo crítico para a compreensão desses padrões de intervenção que são universalistas e que se pretendem universais, à medida que eles se aplicam a contextos variados e principalmente em contextos de transformação social acelerada.

Podemos perguntar quais os efeitos dessas intervenções contextualmente? Como essas intervenções contribuem para a compreensão de culturas e modos de vida em transformação?

Bloco 3: O que é empoderamento?

Miguel: Bom, até aqui nós falamos sobre como essa agenda global se estrutura e sobre como ela se forma no contexto leste timorense. Mas afinal, o que é empoderamento? Vamos ouvir agora um trecho do vídeo Empoderamento das Mulheres, produzido pela ONU Mulheres no Brasil, que define esse conceito a partir da perspectiva dessas agências de cooperação internacional. Mas o que quer dizer empoderamento?

[Trecho do vídeo [Violência de Género, Género e História](#)]: Empoderamento é conquistar mais liberdade. É conseguir autonomia, é ter influência, é ser capaz de

determinar o que você quer e como você quer. Empoderar é poder decidir sobre assuntos que afetam a sua vida, o seu corpo, a sua casa, o seu trabalho, a sua cidade, o seu estado, o seu país e o mundo. Mas você sabe como garantir isto?

As mulheres se tornam empoderadas quando investem em si sua educação e capacitação. Quando conhecem os seus direitos e reconhecem as suas responsabilidades. Quando tem voz ativa para expor o que pensam e o que querem. Quando tomam decisões sobre o seu próprio corpo e decidem se querem ser mãe ou não. Quando ocupam espaços de poder e decisão. Quando decidem qual carreira trilhar e recebem um salário justo pelo que fazem.

Miguel: Podemos dizer que conceitualmente a ideia de empoderamento significa conferir poder, criar condições para o exercício do poder e da autonomia, principalmente por meio da capacidade econômica de produzir e de prover para si, mas também para os outros, como os membros da família.

Existem, além dessa concepção de empoderamento econômico feminino, outras duas concepções que foram propostas pela antropóloga britânica Andrea Cornwall. A primeira concepção é a de empoderamento radical.

Essa concepção de empoderamento radical tem como base os feminismos comunitários, aqueles que estão articulados com os movimentos sindicalistas e que pregam uma visão de empoderamento e de promoção da autonomia como algo coletivo, que busca empoderar mulheres para lutar contra as opressões do patriarcado, mas também contra as opressões de classe.

Uma segunda concepção possível de empoderamento proposto pela Andrea Cornwall é a de empoderamento liberal ou neoliberal, que é também chamado pela autora de empoderamento light ou empoderamento leve.

Nessa perspectiva, acredita-se que o empreendedorismo e a inclusão no mercado será potencialmente uma forma de garantir a emancipação das opressões de gênero, o que passa a ser feito de modo atomizado pelas mulheres.

Essa perspectiva de empoderamento, ela é então individualizante ou atomizada, porque concentra na esfera individual a possibilidade de superar as adversidades e lutar contra as opressões de gênero, mas não contra as opressões de classe necessariamente.

Os programas de empoderamento econômico são, portanto, estratégias políticas que buscam investir nas mulheres para que elas sejam economicamente produtivas, abrindo caminhos a partir daí para que possam agir individualmente, ou seja, se baseiam em uma concepção liberal do que seja o empoderamento. Existem três modalidades principais para esses programas, para implementação desses programas.

Primeiro deles é o microcrédito, que se baseia na oferta de crédito, ou seja, empréstimos que depois precisam ser devolvidos pelas, beneficiárias desses programas e que vão pagar juros.

Outra modalidade é o micro financiamento que não necessariamente demanda a restituição do dinheiro ofertado, ou seja, são pequenas quantias de valor que são disponibilizadas para essas beneficiárias, sem que necessariamente elas precisem devolver esses valores.

E uma terceira possibilidade é a de capacitação profissional, tecnológica e educacional, que vai permitir que essas mulheres desenvolvam as habilidades profissionais e econômicas ou desenvolvam seus próprios negócios.

As principais modalidades são o microcrédito e o microfinanciamento, porque são as mais conhecidas e as mais utilizadas pelas agências de cooperação internacional para o desenvolvimento, mas também pelos governos e pelas organizações não governamentais. Mas afinal, o que é microfinanciamento e microcrédito?

Vamos ouvir a definição apresentada pela antropóloga bangladeshiana Lamia Karim, que fez um estudo sobre o microfinanciamento em Bangladesh, seu país natal.

[Trecho do vídeo [Lamia Karim: Microfinancing discussion at PCC \(Portland Community College\)](#)]: Now, regarding microfinance and microcredit, the term originally used in the 70s and 80s was microcredit, which is the extension of small loans to poor women to start income generating activities.

Uh, in the 90s, that term was changed change to include to expand the number of services being offered to poor women and the new term that is now used as microfinance that includes not only loans but also savings plans, pension and healthcare plans.

So it's an expanded set of services to poor people in order to be able to become entrepreneurs and successful you know business owners.

Bloco 4: O caso Leste-Timorense

Miguel: De volta ao contexto Leste Timorense, onde eu realizo pesquisa de campo desde 2015, eu tenho conseguido acompanhar algumas dinâmicas da adoção dos programas de empoderamento econômico feminino.

Timor-Leste conta com uma secretaria de estado para promoção da igualdade e essa secretaria é responsável por instituir e conduzir o Plano de Ação Nacional Sobre a Violência Baseada no Gênero, que tem duração de 10 anos.

Nesse plano, o empoderamento econômico feminino aparece como um dos três pilares principais da agenda de governo, ao lado do acesso à justiça e da promoção da igualdade de gênero. Podemos dizer que em um regime de parceria, são as ONGs impulsionadas pelo governo que implementam os programas de microfinanciamento.

E são essas ONGs que disponibilizam recursos que vêm de doadores internacionais para que as mulheres iniciem os seus negócios ou para que elas aprimorem ou desenvolvam os negócios que elas já desenvolvem.

O meu foco nos programas de empoderamento ofertado pelas ONGs se vem por essa experiência de pesquisa que, desde 2015, se construiu com um uma dessas ONGs que tem forte participação no combate à violência doméstica e que oferece abrigo para essas mulheres, orientação, aconselhamento jurídico e que a partir desse contato prévio disponibiliza recursos para que elas iniciem negócios ou para que elas aprimorem os negócios que já possuem.

Um dos programas instituído por essas ONGs com as quais eu trabalhei, foi financiado pela União Europeia, que é uma instituição de cooperação internacional para o desenvolvimento. Esse programa se chamava Reforsa Hamutuk, que na tradução da língua tétum para a língua portuguesa, significa algo como “fortalecendo juntos”.

Esse programa oferecia treinamentos e micro financiamento para que as mulheres investissem em produções diversas, como tecelagem, agricultura, preparo e venda de comida, produção de artesanatos, entre outros.

Além de estimular a produção desses dessa variedade de iniciativas, essas ONGs no programa Reforça Hamutuk também organizava bazares para que as participantes pudessem vender os seus produtos. Acontece que na implementação desses programas alguns desafios ficavam muito evidentes, principalmente porque tocavam em algumas características estruturais da realidade de Leste Timorense.

O primeiro desafio é que os treinadores ofertados por essas ONGs tinham duração de uma ou duas sessões de em média 5 a 8 horas no total, o que parecia ser pouco tempo para aquisição de de tantas habilidades e competências necessárias para modificação de práticas econômicas, de capacidades de empreendedorismo e de gestão de pequenos negócios.

Esses treinamentos passavam por uma lista de 10 tópicos que iam desde cuidados com o corpo e com a saúde mental, indo até questões como marketing para divulgação dos negócios, gestão financeira, estratégia de liderança e de comunicação. Tudo isso era ensinado em apenas dois dias de treinamento e para mulheres que muitas vezes não tinham acesso à educação formal previamente.

Cabe destacar que cerca de 60% da população adulta de Timor Leste é iletrada ou não completou a educação básica. Outro desafio vinha de treinamentos vocacionais que eram ofertados ao final das etapas de formação.

Os treinamentos vocacionais reuniam as participantes por cerca de três dias e tinham como objetivo estimular capacidades técnicas e de produtividade de outras naturezas que não aquelas preferenciais para as participantes.

Essas participantes ficavam então reunidas em turmas de cerca de 15 pessoas em um salão de eventos na capital e ali durante o dia os treinadores iam passando ofertando ali ensinamentos de outras naturezas que não necessariamente aquelas que elas escolhiam para os seus próprios negócios.

Eram temáticas, por exemplo, como garçom, hotelaria, piscicultura, panificação, vendas, enfim, áreas bem diversificadas. De um desses treinamentos, a gente teve uma experiência um pouco complexa, né, e que serviu como estudo de caso muito relevante.

Porque em um desses treinamentos, em uma aula de hotelaria, alguns participantes eram convidados a se sentarem e simularem um jantar em uma mesa posta bem completa com vários talheres, vários pratos e várias taças. Esse episódio despertou uma situação bem dramática porque algumas participantes não viam sentido naqueles treinamentos e não se sentiam confortáveis com aquela simulação.

Algumas delas tiveram crises de choro e demonstraram ansiedade porque não fazia sentido aquele tipo de prática e aquele tipo de treinamento para elas, principalmente porque elas estavam diante do olhar de todas as outras colegas participantes ali.

Essa situação era então bastante desconfortável e serviu como um termômetro de como aqueles treinamentos eram vivenciados pelas participantes, sobretudo aquelas que vinham de um contexto bem distante do contexto urbano Leste Timorense. Timor Leste tem uma população rural de cerca de 70%. Mais de 80% dos habitantes dependem completamente da agricultura de subsistência.

E além disso, a quase totalidade das participantes daquele treinamento vocacional eram de zonas rurais do país e tinham pouca expectativa de empregabilidade no mercado formal, principalmente se tratando de um mercado com tamanha formalidade e refinamento como o de hotelaria e garçom age.

Um terceiro desafio a ser destacado, tinha a ver com a realização dos bazares, que eram os momentos nos quais as partes participantes poderiam vender os produtos que elas produziram ao longo dos programas. Esses bazares reuniam figuras importantes do governo, da administração dos municípios e é claro as próprias participantes dos programas.

As pessoas das comunidades eram também atraídas para os bazares porque as ONGs convidavam professores, diretores e estudantes de escolas municipais chamando também as lideranças comunitárias, os chefes de aldeias próximas, enfim, a comunidade inteira era convidada dada a participar dos bazares. Mas no geral, as mulheres não conseguiam vender, porque não havia compradores.

Em uma realidade como a de Timor Leste, com cerca de 42% da população vivendo abaixo da linha da pobreza e com salário mínimo de cerca de 115 dólares mensais, como esperar que o público pudesse consumir produtos daqueles bazares? Produtos como cestarias, artesanatos, bordados, tecelagem, enfim, acabavam sendo eventos sem compradores, pois se criavam um mercado sem consumidores.

Bloco 5: Alguns limites e desafios

Miguel: Isso chama a nossa atenção para alguns limites e desafios de programas que se baseiam nessa estratégia. A gente pode dizer que esses programas chamavam a atenção, no fim das contas, por um desalinhamento entre as estratégias e as realidades das participantes.

Esse programa estimulava uma alta produtividade individual dessas num contexto de baixo consumo. Esse baixo consumo se relacionava principalmente com o baixo poder aquisitivo da população. E aí nós temos, portanto, um limite crítico entre

a oferta e a demanda. Outros estudos indicam vários outros problemas que são também muito relevantes nesse campo dos programas de empoderamento econômico feminino.

A antropóloga bangladeshiana Lamia Karim, no livro *Microfinance and Its Discontents: Women in Debt in Bangladesh*, aborda o endividamento de mulheres participantes de programas desse tipo, que se baseiam em empréstimos.

Em Bangladesh, visando a expansão ou início de pequenos negócios, muitas mulheres pegam empréstimos e depois ficam reféns dos bancos, tendo que pegar outros empréstimos para cobrir os anteriores, sendo pressionadas pelas cooperativas das quais elas fazem parte e que dependem do pagamento dos empréstimos delas para continuarem pegando empréstimos com os bancos.

Nesse estudo da Lamia Karim, ela também demonstra que muitas mulheres em Bangladesh são constrangidas a contraírem os empréstimos de crédito pelos maridos, pelos filhos adultos ou pelos irmãos, todos homens. Afinal, o crédito é ofertado prioritariamente para as mulheres. De outra forma, esses homens não conseguiriam ter acesso àquelas linhas de crédito específicas.

Além disso, Lamia Karim também destaca tensões causadas pelo engajamento das mulheres com os próprios negócios, o que é chamado por ela de *backlash* masculina, ou seja, uma reação diante do potencial de autonomização feminina. Isso quer dizer o quê?

Quer dizer que alguns homens reagem a fim de manter o poder e o controle sobre elas, usando inclusive da violência para controlar os seus comportamentos, uma vez que eles percebem que elas estão adquirindo, né, cada vez mais poder, mais liberdade e mais autonomia através do acesso ao dinheiro, ao mercado, ao trabalho, enfim. Diante disso, pensando na experiência em Bangladesh, cabe fazer alguns questionamentos. Pode-se falar em uma experiência propriamente empoderadora fornecida por esse tipo de programa? É um empoderamento real? Quais são os limites desse empoderamento e desses programas?

Vamos ouvir agora um trecho da fala da cantora brasileira Karol Conká, no qual ela apresenta uma concepção bastante pessoal e filosófica do que seja o empoderamento e de qual a relação entre o empoderamento e feminismo.

[Trecho do vídeo [Feminismo e empoderamento: qual a relação entre os dois?](#)]

Karol Conka | Maquia e Fala]: Eu acho que quando você se sente bem resolvida, não depende da opinião alheia para seguir o que você gosta, você é empoderada. Eu costumo já dizer que eu sou poderosa, que eu acho que empoderada é quando você dá poder a alguma coisa. Então, a minha arte é empoderada. Logo, eu sou poderosa. É a minha filosofia do empoderamento. Cada um com a sua filosofia. O importante é chegar aonde?

No objetivo que é elevar a autoestima e por isso que o empoderamento ele é tão falado hoje em dia, porque essas minorias criaram vozes e essas vozes ecoam de uma maneira linda e maravilhosa, conscientizando você que já passou por alguma situação assim de se sentir menosprezado ou você que já menosprezou alguém por achar aquela pessoa diferente.

Miguel: Tendo contato com outras visões sobre empoderamento ou sobre como empoderar mulheres ou sobre o que representa o empoderamento feminino, é importante considerar que esses programas de empoderamento, como vários pesquisadores têm indicado, se pautam em uma percepção de que ao acessar o dinheiro, as mulheres seriam necessariamente empoderadas.

Mas o que o senhor observa em muitos estudos, inclusive na minha pesquisa no Timor Leste, é que a geração de renda e o acesso ao mercado ou o engajamento no mercado de trabalho não altera necessariamente as relações de poder dentro das casas.

Isso ocorre muitas vezes porque as mulheres com quem eu conversava, se viam diante de uma duplicação da carga de trabalho, ou seja, elas acumulavam o trabalho produtivo fora de casa para geração de renda com o trabalho reprodutivo, aquele feito dentro de casa, o trabalho de cuidado, como lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, dos idosos e etc.

Ou seja, esse estímulo para o engajamento com trabalho e fora de casa não vem acompanhado de políticas de redistribuição em função do trabalho doméstico e de cuidado, não vem acompanhado de uma política educativa para redistribuir o peso das tarefas domésticas, o que acaba gerando sobrecarga para as mulheres.

E isso tem muito a ver com a lógica neoliberal de poder, com essa perspectiva de que um sujeito para ser empoderado e autônomo precisa ser um empreendedor.

Vamos ouvir agora um trecho da fala do professor Christian Laval, filósofo francês, a respeito da relação entre empreendedorismo e neoliberalismo na sociedade contemporânea.

[Trecho do vídeo [Christian Laval: A racionalidade neoliberal \(dublado\)](#)]:

Quando falamos em sociedade neoliberal, tentamos não separar a economia do resto das atividades sociais, culturais, políticas, etc. Para nós, e aí eu quero passar ao cerne do tema, a lógica normativa em questão é um fenômeno estranho. É uma racionalidade que podemos chamar realmente de capitalista, mas que saiu do marco da economia capitalista. É como se o capitalismo saísse de de si mesmo.

Produzindo ou sendo substituído de certa forma por uma lógica política, mas também cultural, que retoma, tira do capitalismo seu modo de funcionamento para aplicá-lo a outras esferas. É uma racionalidade capitalista que tem duas características.

A primeira delas é considerar que todas as relações sociais e humanas devem ser regidas pelo princípio da concorrência, pela norma da concorrência. O que impõe a todos os indivíduos e a todas as instituições a concorrência. Elas precisam ser competitivas. A competitividade é uma palavra bárbara, mas muito difundida hoje.

A competitividade se tornou um princípio de funcionamento social, um princípio normativo generalizado.

Miguel: Como ouvimos aí no trecho da fala do filósofo Christian Laval, um dos autores do livro *A Nova Razão do Mundo, Ensaios sobre a Sociedade Neoliberal*, os programas de empoderamento acabam estimulando a ampliação da lógica neoliberal nas mais diversas paisagens sociais.

O foco é na transformação da vida a partir da ação individual, como chamava a atenção no começo desse podcast, o nosso diálogo com a antropóloga Andrea Cornwall. O sujeito nessa concepção deve se tornar seu próprio salvador, deve se tornar seu próprio empreendimento para melhorar a sua vida.

Os programas de empoderamento econômico se mostram, no fim das contas, uma janela de possibilidade neoliberal que captura um problema social grave como a violência de gênero, que captura mulheres em situação de vulnerabilidade para apresentar uma solução ou uma saída. E essa saída é a saída neoliberal, é a saída do empreendedorismo, como se o empreendedorismo fosse um sinônimo de emancipação necessariamente.

É claro que vai haver muitas mulheres bem-sucedidas que se tornam empresárias de sucesso e que vão receber muita atenção por isso, sendo indicadas inclusive como casos de sucesso ou como exemplos de sucesso. Mas será que daremos atenção para as tantas outras mulheres que não se encaixam nesses cenários tão bem-sucedidos, reforço alguns questionamentos. Esses programas, afinal, promovem a emancipação e empoderam?

Possui bens, consumir e ter um trabalho ou um negócio fora de casa, é o suficiente para transformar as relações de poder e de gênero? É o suficiente para impedir que as mulheres sejam vítimas de violência? Esse modelo de programas de empoderamento, pela via neoliberal, produz autonomia ou será que produz precarização da vida? Será possível pensar em outras estratégias para empoderar mulheres?

Para encerrar a discussão, é interessante notar que, em certa medida, o hino nacional, o hino da libertação do Timor Leste, já apresentava uma crítica ao que viria a acontecer neste cenário de avanço das ideologias neoliberais no país. E,

além disso, de avanço de outras formas de imperialismo político e econômico, muitas vezes apresentado pela via da cooperação para o desenvolvimento social.

Encerramos então o episódio de hoje do podcast Economias Mutantes com um trecho provocativo do hino nacional do Timor Leste.

[Música National Anthem of Timor-Leste - Pátria. Letra:

Glória ao povo e aos heróis da nossa libertação.

Vencemos o colonialismo, gritamos:

Abaixo o imperialismo.

Terra livre, povo livre,

Não, não, não à exploração.

Avante unidos firmes e decididos.

Na luta contra o imperialismo

O inimigo dos povos, até à vitória final.

Pelo caminho da revolução.]

FECHAMENTO

[Trilha sonora: música eletrônica com elementos sonoros que remetem a economia, como sons de feira e som de cupom fiscal. A música permanece ao longo de toda a fala de Kelly]

Kelly: Você acabou de ouvir o Podcast Economia\$ Mutante\$, uma produção do Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações, vinculado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. O episódio de hoje, Empoderamento e Neoliberalismo: Recursos Contra Violência de Gênero, é produto das pesquisas realizadas por Miguel Antonio Santos Filho sob orientação de Kelly Silva e Daniel Simião. A pesquisa é fruto de fomento da CAPES, Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior e do CNPQ, o Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico. A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, FAPDF, é quem fomenta a produção desse podcast.

Agradecemos ao Fórum de Comunicação para Mulheres Timorenses a Focopés pela acolhida em campo que permitiu acompanhar a execução do programa Rafossa Hamutuk, assim como todos e todas colegas leste timorenses que coproduziram essas reflexões. Se quiser saber mais sobre os trabalhos do LEEG, acesse o nosso site www.leg.dan.bsb.br ou ainda nosso perfil no Instagram @leeg.unb.

Na descrição desse episódio, no site do LEEG, você encontra a sua transcrição completa e materiais extras referentes ao tema. A apresentação e roteiro do episódio foram elaborados por Miguel Antonio dos Santos Filhos, sob a orientação de Kelly Silva e Irene do Planalto Chemin. A edição de roteiro, edição de áudio, sonoplastia e finalização é de Irene do Planalto Chemin. A música tema do nosso podcast é de Fábio Popinigis. Rafael Caron é o autor da identidade visual do nosso podcast e Irene do Planalto Chemin é quem cuida da comunicação e divulgação. Por fim, eu, Kelly Silva, sou coordenadora geral desse podcast. Até a próxima.